

A CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS E O SEU “GUIA DE LEITURA (LER)”: OS VÍNCULOS ENTRE LEITURA, ESCRITA E CIVILIZAÇÃO (1947-1963)

Deane Monteiro Vieira Costa
Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), deane.costa@ifes.edu.br

RESUMO

O presente trabalho analisa numa perspectiva histórica o primeiro Guia de Leitura (LER) considerado o principal instrumento de orientação dos trabalhos do ensino supletivo da 1ª fase da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (1947-1950), promovida pelo Ministério da Educação e Saúde, no Brasil. Nessa perspectiva, a pesquisa procura interrogar o passado em função de permanências e rupturas no contexto das políticas educacionais voltadas para a alfabetização, no Brasil. Para isso, utiliza como metodologia a pesquisa documental. Com base teórica fundamenta-se em textos produzidos por pesquisadores brasileiros, entre eles: Beisiegel (2004, 2008), Paiva (1983), Nagle (2001) e Fávero (2004). Também recorremos ao conceito de processo civilizador de Norbert Elias (1993, 1994) para compreender o vínculo entre educação e civilização pelo qual esse impresso se guiou. Composto de 27 lições, disseminou a ideia de que a leitura e a escrita, associadas ao plano dos comportamentos, das atitudes, dos valores e das orientações culturais mais gerais, poderiam, por si só, resolver o “atraso” da maioria de nossa população – que se encontrava distante do universo escolar com suas “realidades” – uma visão se tornou predominante: a de que a alfabetização era uma “virtude”.

Palavras-chave: Educação, Adolescentes, Adultos, Civilização.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa, em uma perspectiva histórica, o “Primeiro Guia de Leitura (LER)” considerado o principal instrumento de orientação dos trabalhos do ensino supletivo da 1ª fase da Campanha de Alfabetização de Adolescentes e Adultos (1947-1950) promovida pelo Ministério da Educação e Saúde, no Brasil (BEISIEGEL, 2004).

Este trabalho se insere em um contexto mais amplo que aponta que há escassez de estudos sobre as implicações da grande penetração da CEAA nos vários Estados brasileiros, por meio do estabelecimento de convênios com muitas Secretarias dos Estados. As exceções são: a) o trabalho pioneiro realizado por Beisiegel, publicado pela primeira vez em 1974, sobre o desenvolvimento da CEAA no Estado de São Paulo; b) o estudo de Soares (1995), que contempla o desenvolvimento da Campanha em Minas Gerais; c) o estudo de doutoramento de Costa (2012, 2016) sobre o desenvolvimento da CEAA no Estado do Espírito Santo (ES), dentre os municípios capixabas, especialmente Cachoeiro de Itapemirim.

2. OBJETIVO

Assim, é nosso objetivo compreender: *De que forma a análise do “Guia de Leitura (LER)”, da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), contribui para a compreensão da concepção de homem e educação de adolescentes e adultos na história da educação brasileira?*

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse contexto, analisamos o “Primeiro Guia de Leitura (LER)” e as “Instruções aos Professores de Ensino Supletivo” produzidos pelo Departamento Nacional de Educação, em 1947, com o objetivo de identificar as concepções de educação e sociedade neles presentes. Como base teórica, fundamenta-se em textos produzidos por pesquisadores e professores brasileiros com importantes interfaces nos campos da História da Educação e da política educacional brasileira, entre eles: Beisiegel (2004), Nagle (2001) e Paiva (1983). Também recorreremos ao conceito de processo civilizador de Norbert Elias (1993, 1994) para compreender o vínculo entre educação e civilização pelo qual esse impresso se guiou.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa perspectiva, a pesquisa procura interrogar o passado em função de permanências e rupturas no contexto das políticas educacionais voltadas para a alfabetização, no Brasil. Para isso, utiliza, como metodologia, a pesquisa documental. Na perspectiva de Gil (2007), ela caracteriza-se pelo uso de fontes que ainda não receberam tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaboradas de acordo com os objetivos da pesquisa. Nesse sentido, o historiador, ao escavar os meandros dos textos, precisa ir “[...] contra as intenções de quem os produziu, pois podemos fazer emergir vozes incontroladas. Ou seja, é possível supor [...] que todo texto inclui elementos incontrolados” (GINZBURG, 2007, p.11).

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:

A CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS (CEAA) CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

De acordo com Fávero (2004) e Nagle (2001), a educação de adultos e, particularmente, a alfabetização de adultos tem uma história longa no Brasil, embora somente seja assumida como um problema nacional a partir de meados dos anos de 1940. Assim, já existiam manifestações anteriores,

“[...] desde o tempo da Colônia, mas são iniciativas pontuais. Por exemplo, um dos primeiros decretos do Império obrigava o Exército a escolarizar, da primeira à quarta série do antigo ensino primário, os recrutas que chegavam analfabetos. Nos anos 1920-1930 há experiências importantes em educação de adultos. Dentre elas, destaca-se o ensino supletivo para adultos, organizado por Paschoal Lemme, durante a gestão de Anísio Teixeira na Secretaria de Instrução Pública do Distrito Federal, hoje município do Rio de Janeiro. [...] já na década de 1920, a questão do combate ao analfabetismo vai ser um tema que se amplia progressivamente. [Nessa perspectiva] a alfabetização vai ser tida como o ‘primeiro passo’ necessário da educação primária, se considerava mais democrático se ensinar a ler, escrever e contar à maioria das crianças, do que fornecer uma educação mais ampla, porém, para uma minoria, apenas” (NAGLE, 2001, p. 150).

Nesse sentido, a década de 1940 é marcada pelos primeiros movimentos voltados para a extensão do ensino às grandes massas de jovens e adultos analfabetos e já respondiam às características típicas atribuídas aos processos da “educação para o povo”, que pressupunha uma necessidade de uma determinada educação para todos os habitantes de um país.

Nesse contexto, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) foi promovida pelo Ministério da Educação e Saúde, a partir de 1947. Tinha por objetivo levar a “educação de base” a todos os brasileiros “iletrados”, nas áreas urbanas e rurais. Para isso, foi organizada uma ampla estrutura administrativa apta a mobilizar “[...] para a educação de adultos os recursos materiais, humanos e administrativos das unidades da Federação” (BEISIEGEL, 2008, p. 29). E cabiam a elas, nos respectivos territórios, as providências relativas “[...] à instalação das classes, ao funcionamento dos cursos, à supervisão das atividades e ao recrutamento de docentes e, sobretudo, do maior número possível de alunos” (BEISIEGEL, 2008, p. 29). Dessa forma, a CEAA foi um marco relevante no processo de constituição do campo teórico-prático da área de educação de jovens e adultos no Brasil.

É importante destacar que a CEAA foi concretizada quando o Ministério da Educação e Saúde autorizou o Departamento Nacional de Educação a instalar o Serviço de Educação de Adultos (SEA). Esse serviço foi criado como “serviço especial” do Departamento Nacional de Educação ainda no ano de 1947 e tinha por objetivo a orientação e a coordenação-geral dos trabalhos dos planos anuais de ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos. Inicialmente, o SEA desdobrava-se em quatro setores – da Administração, de Planejamento e Controle, de Orientação Pedagógica e de Relações com o Público.

Ao mesmo tempo em que o setor de Orientação Pedagógica do Departamento Nacional de Educação realizava o planejamento geral, com o objetivo de atingir

dez mil classes de ensino supletivo em todos os municípios do território nacional, em 1947, início da CEAA, também cuidava da “[...] organização e produção do material didático, a ser por essas classes distribuídas e, ainda que elaborasse as instruções destinadas à orientação dos docentes, com base no material que se produzisse” (BRASIL, 1948, p. 29).

O fato de o diretor-geral da CEAA ter sido Lourenço Filho traz uma peculiaridade ao desenvolvimento desse setor. É preciso dizer que ele assumiu a chefia do Setor de Orientação Pedagógica, devido aos estudos realizados por ele e também pela notoriedade que alcançou no momento em que ocupou a organização e direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), entre os anos de 1938 e 1946. Nesse período em que ocupou a direção do INEP, Lourenço Filho realizou pesquisas sobre “o vocabulário mínimo do adulto” e também “ensaio de adaptação” à língua portuguesa do sistema de ensino para adultos Laubach, já empregado em numerosos países pelo educador norte-americano, Dr. Frank Laubach. “Os direitos de adaptação haviam sido [...] cedidos por esse educador ao antigo Diretor do Instituto Nacional dos Estudos Pedagógicos, que assim as transmitiu ao Ministério” (BRASIL, 1948, p. 29).

Nesse trecho, os autores apontam que a metodologia escolhida para a produção do “Guia de Leitura” baseia-se no sistema Laubach que, conforme dito, foi produzido por um missionário norte-americano que organizou uma empreitada para alfabetizar adultos dos países chamados subdesenvolvidos, entre eles, o Brasil. De acordo com Costa (1995, p. 9):

O sistema Laubach consistia na compreensão da psicologia do adulto, de textos adequados à sua leitura, na aprendizagem por silabação, mediante a análise de palavras-chave, no uso de pequenos desenhos e pequenas frases. Estava, pois, baseado no método analítico. Para Laubach, os objetivos do ensino da leitura para o adulto deveriam levá-lo a aprender sílabas de forma fácil e agradável.

Assim, a partir do sistema Laubach, foi produzido o principal material pedagógico da CEAA, o “Primeiro Guia de Leitura (LER)”, elaborado por uma comissão composta pelas professoras Dulce Kanitz Vicente Viana (técnica do INEP e diretora estadual de ensino de Minas Gerais), Ormindia Isabel Marques (diretora da Escola Nilo Peçanha e professora de Didática no Instituto de Educação do DF) e Helena Madroni (especialista em ensino de leitura e antiga professora de Prática de Ensino no Instituto de Educação do DF), designada por Lourenço Filho. A comissão justificou a preferência por esse método pelas seguintes razões:

- a) na prática do ensino de adultos, tem-se revelado o mais produtivo;
- b) compreendido pelo aluno, desde as primeiras lições, com o auxílio das “palavras-chaves”, que em cada lição se apresentam e que aparecem repetidas, nas lições seguintes, permite autoaprendizagem, ou descoberta de novas palavras;
- c) sendo o processo conhecido pela totalidade do magistério, seria de mais fácil emprego pelos professores e, ainda, pelos “voluntários”, que, em sua maioria, teriam por ele feito a sua própria aprendizagem (BRASIL, 1948, p. 30).

É importante destacar que “[...] o material didático e a orientação metodológica da Campanha [foram] uniformes para todo o país, sendo igualmente empregados em meio urbano e rural” (PAIVA, 1983, p. 177).

Foram 2.550.000 exemplares publicados no período entre 1947 a 1950. Assim, como suporte material das práticas escolares, tratava-se de um dispositivo de normatização pedagógica da Campanha. Desse modo, sua análise contribuiu para a compreensão da concepção de homem, educação e de alfabetização de adolescentes e adultos, defendidas pelo Ministério de Educação e Saúde, na década de 1940.

Vejamos um trecho das *instruções aos professores* produzidas para os professores e voluntários sobre a metodologia para o ensino da leitura e da escrita de adolescentes e adultos, alvos da CEAA:

Sr. Professor – Ao assumirdes a regência de uma classe de um ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos, cumpris uma das mais belas tarefas de vossa missão de educador. Onde quer que trabalheis, nas cidades ou nos campos, estareis colaborando num grande movimento de redenção nacional e humana: antes de tudo, concorrereis para que milhares e milhares de nossos patrícios sejam chamados ao convívio universal, recebendo aquelas ideias e aqueles princípios que estão na base de toda condição humana, e que são de difícilima, senão de impossível aquisição, sem a aprendizagem da leitura; depois estareis concorrendo, direta e decisivamente para a elevação do homem brasileiro, do cidadão de nossa pátria, do produtor de nossas riquezas, do defensor de nossa língua, nossas tradições e nossas crenças (BRASIL, 1952 a, s/p).

FIGURA 1: Capa do Primeiro Guia de Leitura (LER)



Fonte: COSTA (2012, 2016).

Ocorre que a palavra “campanha”, tomada à terminologia da guerra, faz sugerir também algumas daquelas nobres e viris qualidades da ação militar: o ímpeto e a bravura pessoal, a noção de responsabilidade na execução de qualquer missão, o espírito de solidariedade nos fins e de precisa coordenação nos meios, valores inculcados durante o curso ministrado aos professores que

trabalhavam na Campanha, nas instruções elaboradas pelo Setor de Orientação Pedagógica da CEAA, destinadas também aos professores e aos voluntários que acompanhavam o *Primeiro guia de leitura* (LER) que, sem dúvida alguma, foi o principal instrumento de orientação dos trabalhos do ensino supletivo da Campanha.

É interessante retomarmos as “Instruções aos professores de Ensino Supletivo”. Nelas há várias recomendações aos professores sobre a maneira como a alfabetização dos adolescentes e adultos deveria ser desenvolvida. Vejamos o que diz o texto introdutório desse material:

[...] onde quer que trabalheis, nas cidades ou nos campos, estareis colaborando num grande movimento de redenção nacional e humana: antes de tudo, concorreis para que milhares e milhares de nossos patrícios sejam chamados ao convívio universal, recebendo aquelas ideias, e que são de difícilíssimas, senão de impossível aquisição, sem a aprendizagem da leitura; depois estareis concorrendo, direta e decisivamente para elevação do homem brasileiro, do cidadão de nossa pátria, do produtor de nossas riquezas, do defensor de nossa língua, nossas tradições e nossas crenças (BRASIL, 1952 a, s/p).

Nesse contexto, é possível observar que a CEAA se constituiu no bojo de um ideário que defendia a apropriação da leitura e da escrita como elemento que possibilitava ao homem a inserção no “convívio universal”. Ou seja, a alfabetização dos adolescentes e adultos resultaria na “elevação do homem brasileiro”, na constituição do “cidadão de nossa pátria”, do “produtor de nossas riquezas” e do guardião de “nossa língua e nossas tradições”. Logo, podemos inferir que a base da campanha era a formação do homem brasileiro para um projeto de sociedade que, conforme discutido, se refere à sociedade republicana. Um projeto de efetivação do projeto civilizatório, no qual a educação era entendida, pelo menos no discurso, como imprescindível para o sucesso do programa liberal postulado pelo Estado Republicano. E os professores eram aqueles que tinham a tarefa de colaborar com o grande “movimento de redenção nacional e humana”. Temos, então, uma concepção

de educação como redentora do homem, aquela que seria capaz de mudar seus rumos, adequando-o a concepção de sociedade que estava sendo gestada.

6. CONCLUSÕES

A discussão realizada por meio da análise do “Primeiro Guia de Leitura” e das “Instruções aos professores do Ensino Supletivo” contribui para identificar a concepção de alfabetização proposta pela CEAA. Foi possível observar que o Guia tinha, em seu bojo, a ideia de que a escrita é um conjunto de símbolos cujas formas precisam ser aprendidas por meio de treino de habilidades motoras e visuais. Assim, no que tange à concepção de linguagem, ela é tomada como sistema fechado de normas imutáveis a ser adquirida pelos sujeitos do processo ensino-aprendizagem (professor e aluno) numa ação mecânica de assimilação, codificação e decodificação. Nesse contexto, a educação tinha a função de “construir” um indivíduo adaptável à sociedade vigente.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Departamento de Nacional de Educação. **Relatório do Serviço de Educação de Adultos no exercício de 1947**. Rio de Janeiro, 1948.

_____. **Primeiro Guia de Leitura (LER)**. Rio de Janeiro, 1952.

_____. **Instruções aos professores de ensino supletivo**. Rio de Janeiro, 1952 a.

BEISIEGEL, Celso Rui. **Estado e educação popular**. Brasília: Líber Livro, 2004.

_____. **Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil**. Brasília: Líber Livro, 2008.

COSTA, Deane Monteiro Vieira. **A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no Brasil e no Estado do Espírito Santo (1947-1963): um projeto civilizador.** 2012.245 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2012.

_____. **A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos no Brasil e no Estado do Espírito Santo (1947-1963): um projeto civilizador.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.

COSTA, Gilda de Araujo. A campanha nacional de alfabetização de adolescentes e adultos de 1947. **Revista Pró-Discente**, v.1, n.1, p. 5-14, Vitória, Programa de Pós-Graduação em Educação, ago. de 1995.

FÁVERO, Osmar. Lições da história: os avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições do analfabetismo no Brasil. In OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane (Org.). **Educação de jovens e adultos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2007.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos.** São Paulo: Loyola, 1983.

SOARES, Leôncio José Gomes. **Educação de adultos em Minas Gerais: continuidades e rupturas.** 1995. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.